

PRÁTICAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE¹

Márcio de França Santos

Licenciado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC
<dfranca2008@hotmail.com>

Fernando Franco

Licenciado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC
<fernando.franco.ufsc@gmail.com>

Resumo:

O presente texto trata de descrever as metodologias utilizadas na disciplina de Geografia durante atividades de ensino em espaços de privação de liberdade, desenvolvendo as experiências do autor, como professor, durante os anos letivos de 2015 e 2016 no Presídio Regional de Tijucas. O período do trabalho docente foi desenvolvido na condição de Professor Admitido em Caráter Temporário (ACT) contratado pela Secretaria de Estado da Educação para o ensino da disciplina de geografia para os anos finais do Ensino Fundamental. Busca-se relacionar o entendimento de educação libertadora, socialização e ressocialização de indivíduos, o espaço de sala de aula em um ambiente de privação de liberdade e as práticas metodológicas realizadas e seus resultados obtidos.

Palavras-chave: Espaços de privação de liberdade, práticas metodológicas, ensino de geografia.

¹ Artigo submetido em 26/06/2018 e aceito em 15/09/2018.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo descreve as metodologias utilizadas durante o exercício do cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário (ACT) da disciplina de Geografia, atuando em um Espaço de Privação de Liberdade.

Em um espaço de privação de liberdade, a intensidade diária dos desafios encontrados e necessidade de novas proposições metodológicas que se adequassem ao meio onde a escola estava inserida, me conduziram ao desenvolvimento de práticas que buscassem proporcionar uma aprendizagem significativa e que despertem a atenção e a curiosidade dos alunos. Pelas suas peculiaridades, a educação em espaços de privação de liberdade, enfrenta diversos desafios, desde a parte de estrutura física até a de metodologias de ensino adequadas à situação e ao meio, e principalmente a difícil tarefa de propiciar às pessoas que foram muitas vezes excluídas do ambiente escolar ou que devido a diversas circunstâncias abandonaram a educação formal, o retorno à escola.

Estende-se a situação como um paradoxo, o de promover uma educação com uma perspectiva freiriana, de educação como prática da liberdade, dentro de uma prisão. Na sua gênese, a chamada Educação em Espaços de Privação de Liberdade busca promover um reencontro do aluno com o ambiente escolar e oportunizar neste ambiente, a construção individual e coletiva do conhecimento objetivando novas perspectivas para o futuro. Freire (1987, p.20) ressalta que:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

A Geografia, através da análise crítica do espaço geográfico permite que o aluno construa um conhecimento crítico do mundo em que vive, promovendo coletivamente o debate sobre questões políticas, econômicas, sociais, ambientais, de gênero, etc. Relacionando o conteúdo programático com temas da atualidade, buscando ressignificar o conhecimento partindo da realidade vivenciada pelo aluno ao longo de sua vida. Neste contexto o estudo geográfico não se desenvolve de forma isolada, mas em constante relação com outras disciplinas, tendo a interdisciplinaridade como fator constante nas aulas ministradas.

2 UM BREVE HISTÓRICO

Em concordância ao direito à educação, previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/1996 e na Lei de Execução Penal, Lei 7210/1984, existe no Estado de Santa Catarina uma parceria entre a

Secretaria de Estado da Educação, através das unidades do Centro de Educação de Jovens e Adultos e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, através do Departamento de Administração Prisional de forma a oferecer o acesso à educação nos espaços prisionais do estado de Santa Catarina. É preciso esclarecer, contudo, as diferenças entre presídio e penitenciária. De modo geral, em teoria os presídios receberiam as pessoas privadas de liberdade que ainda aguardam julgamento e nas penitenciárias os que já tivessem sido condenados. Mas na realidade do sistema prisional brasileiro isto não acontece, e os presídios recebem detentos condenados pela justiça.

O Presídio Regional de Tijucas foi inaugurado no ano de 1999 e é um dos poucos presídios para homens e mulheres do Estado. As atividades educacionais no Presídio Regional de Tijucas iniciaram-se no ano de 1999, de forma provisória. A partir do ano de 2003 com a parceria do Presídio Regional de Tijucas com a Secretaria Estadual de Educação, representada pelo Centro de Ensino para Jovens e Adultos de Brusque (CEJA Brusque), é realizada a formação e certificação dos alunos nas modalidades de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio. O ensino superior a distância é disponibilizado aos alunos que demonstram interesse em dar continuidade aos seus estudos.

O número de internos na unidade prisional não é fixo, sendo em torno de 260. Deste total cerca de 180 são homens e cerca de 80 são mulheres, que estão nos regimes fechado e semiaberto.

No perfil dos internos da instituição constam homens e mulheres, entre 18 e 65 anos de idade, provenientes de todas as regiões brasileiras e com o nível de escolaridades também variado, apesar de apresentar uma maioria com pessoas com o ensino fundamental incompleto como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Nível da escolaridade dos detentos no Presídio Regional de Tijucas em 2016.

Nível	Quantidade
Não alfabetizados	2
Alfabetizados	7
Ensino Fundamental incompleto	139
Ensino Fundamental completo	39
Ensino Médio incompleto	40
Ensino Médio completo	28
Ensino Superior incompleto	1
Ensino Superior completo	3
Pós-Graduação	0

Não informado	5
Total	264

Fonte: Sistema de Informações Penais (IPEN), *apud* Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, 2017.

Segundo o Plano Estadual de Educação em Prisões: 2016 - 2026², a instituição apresenta um total de 173 internos dando início ou continuidade aos estudos. Sendo que 74 vagas são para alfabetização e anos iniciais do ensino fundamental, 70 vagas para os anos finais do ensino fundamental, 29 vagas com internos no ensino médio. Assim sendo, aproximadamente 65% da população de internos estão dando continuidade nas suas formações educacionais pelo CEJA Brusque.

3 A “CELA DE AULA”

O presídio conta com 5 espaços utilizados como salas de aula, sendo 1 na ala masculina, no regime fechado, 1 na ala feminina no regime fechado, 2 na ala feminina no regime semiaberto e 1 utilizada alternadamente por internos masculinos e femininos do regime semiaberto. Destes, somente na ala masculina do regime fechado o espaço de aula conta uma grade separando os alunos e o professor. A questão dos materiais utilizados também é delicada, recomenda-se que não sejam utilizados alguns materiais comuns ao ambiente escolar como canetas, régua, colas, tesouras, cadernos com espiral, etc. O presídio em contrapartida oferece uma quantidade ilimitada de xerox aos professores para que textos, apostilas, exercícios e provas sejam produzidos para os internos, que podem levar os textos e exercícios para suas celas. Também é disponibilizado aos professores um projetor para utilização em suas aulas se assim o desejarem. Em todos os espaços de aula existem carteiras e um quadro branco. Mas as “grades” avançam ainda mais no sentido pedagógico e metodológico conforme Leme (2011, p.246)

Enfim, ao investigarmos as grades da cela de aula, queremos propor um modelo curricular flexível, adaptado a este outro mundo e, por conseguinte, desejamos abolir qualquer modelo rígido, importado, copiado de outras experiências educacionais. Defendemos que para a educação de jovens e adultos presos precisamos ir além, precisamos ousar e criar novas formas educacionais. Sem isso, jamais teremos uma educação na prisão, e continuaremos reproduzindo modelos educacionais, repetindo os erros, defendendo uma educação para prisão.

Esta proposição de um modelo próprio que atenda proposta de uma educação libertária, inerente a realidade do sistema prisional é um dos desafios enfrentados pelos profissionais que atuam no sistema educacional prisional. A adequação do currículo e

² Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (2017).

da proposta metodológica avançou pouco nos últimos anos, e cada unidade faz adaptações de acordo com a sua realidade, inexistindo uma padronização.

4 A PRÁTICA DO ENSINO DA GEOGRAFIA

Mas no que se fundamentam as práticas pedagógicas que apresentem um resultado satisfatório no quesito aprendizagem? Qual a reação dos alunos? O que eles esperam da disciplina? O que esperam da “escola”? E porque não, o que esperam quando saírem da prisão? Essas são questões de difícil resposta. Mas em primeiro lugar, conforme Callai (2010, p.94) é necessário compreender a realidade através de um olhar espacial “O olhar espacial é o modo de fazer Geografia (o método a usar), é como devemos estudar a realidade. Uma realidade que tenha ver com a vida dos alunos.”

E quem são estes alunos? De acordo com o relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de 2015, 53 % da população carcerária brasileira não possui o Ensino Fundamental completo, 9% são alfabetizados sem cursos regulares e 6% são analfabetos. Esta proporção assustadora, de que 68 % da população carcerária não chegou a concluir o Ensino Fundamental, traduz o abismo social em que o Brasil vive. Somente 12% tem o Ensino Médio completo e apenas 1% tem o Ensino superior completo. A realidade do Presídio Regional de Tijuca confirmam estes dados, sendo que durante o ano de 2016 o número de internos que ainda não haviam concluído o Ensino Fundamental permaneceu superior a 60% do total de internos da unidade. Estes números traduzem em parte a evasão escolar, cada vez mais presente no cotidiano educacional. Os diversos fatores que contribuíram para a evasão destas pessoas são recorrentes, sendo frequente o relato sobre o desinteresse pela escola, a frustração por não conseguir acompanhar o aprendizado e o início cada vez mais cedo no mercado de trabalho formal, informal ou ilícito. Diante deste quadro como promover o reencontro com a “escola” e com o prazer de aprender?

Sendo o estudo facultativo aos internos, o Estado brasileiro através da Lei 12433/2011 prevê a remissão de um dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar. O que em um primeiro momento garante um “interesse” em frequentar as aulas. Mas como um professor de geografia poderá despertar no aluno em cárcere a busca pelo conhecimento e autonomia a fim de libertá-lo dos estigmas sociais e vulnerabilidade social que é a falta de instrução e educação básica?

A atuação do professor de Geografia deve então partir do conhecimento prévio do aluno, estimulando o mesmo, em um primeiro momento a descrever, na mais tradicional forma de Geografia Descritiva, o seu lugar, o seu território, as paisagens que

vivenciou e a região que esteve. Ainda que o aluno desconheça conceitos tão básicos da Geografia como estes acima citados, ele a partir de uma ação reflexiva construirá estes conceitos relacionando-os com suas experiências prévias. Esta prática de trazer elementos do cotidiano e mesclá-los com os conceitos geográficos permite que a aprendizagem quebre paradigmas e torne-se significativa, apresentando uma Geografia atraente a quem aprende.

É fundamental a percepção de que Geografia está em toda parte como afirmou Cosgrove (2012, p.221-222):

A geografia, afinal de contas, está em toda parte. John Eyles mostra como ela está ali, na vida diária. Uma das tarefas do geógrafo é mostrar que a geografia existe para ser apreciada. Muito frequentemente, temos sido bem mais bem-sucedidos em obscurecer, em vez de aumentar este prazer.

É do cotidiano, das vivências, da geografia construída pelo indivíduo ao longo de sua vida que se dá a partida para a construção do saber geográfico sistematizado. E a partir da participação coletiva na sala de aula que o real aprendido acontece. Mas ainda há, devido às peculiaridades de uma escola dentro de uma prisão, um distanciamento entre os alunos e o professor, e de uma forma mais dura, daqueles que estão em um sistema de reclusão altamente repressivo e de um professor que na primeira instância representa o Estado, o mesmo que os prendeu, julgou, condenou e encarcerou. E a partir desta reflexão temos a certeza que não é somente uma grade que separa alunos e professores, são complexas interações sociais.

Esta barreira, esta grade que separa estes dois mundos deve ser quebrada, senão a aprendizagem não será significativa, ensinaremos as repostas, mas nunca como fazer as perguntas. E a escola como um todo deve ser mais que isto, não somente perguntas e respostas que já foram feitas e respondidas, mas devemos ensinar os alunos a fazerem as perguntas que ainda não foram feitas, ou ainda, que se tem medo que sejam feitas. Não podemos nos basear somente no conhecimento que foi desenvolvido, é necessário desenvolver o próprio conhecimento. E para que isso aconteça Lacoste (1988, p.253) discorre de como quebrar o paradigma do discurso pronto e da retórica tediosa

Não há geografia sem drama, como não há história sem drama. Não se trata, evidentemente, para o historiador, de se deliciar na exposição das tragédias sangrentas (elas são, infelizmente, numerosas), como também não é o caso do geógrafo só se interessar pelas catástrofes naturais. O drama, etimologicamente, é primeiro a ação, é em seguida o relato de uma sucessão de ações, de forma a interessar, a comover espectadores no teatro; e por que não os alunos numa sala?

É preciso instigar os alunos, extrair suas experiências, é preciso questionar e ser questionado. É preciso não somente apresentar o conteúdo curricular, é preciso debater o mesmo, é preciso confrontar, e talvez, até mesmo discordar. É preciso acima de tudo compreender e entender o mundo que nos cerca e suas relações. É preciso,

como afirma Callai (2010, p.109), perceber “A todo momento percebemos a presença do mundo em nossas vidas, no trabalho, na alimentação, no vestuário, na notícia que invade nossa casa e interfere em nosso dia a dia.” E seguindo a proposição de Callai (2010) é necessário o estudo do lugar, onde se possa entender o espaço vivenciado e ter a compreensão do mundo com suas condições e contradições.

Na análise de um tema curricular, como por exemplo o processo de Urbanização, a vivência experienciada pelos alunos em diversas áreas do país, ou mesmo em diversas etapas deste processo, o lugar de cada aluno neste espaço é fundamental para uma construção coletiva do conhecimento.

Como exemplo, tomemos que processo de urbanização de Florianópolis tem suas peculiaridades, assim como cada cidade tem as suas, e isso pode ser a base de uma proposição aprofundada de um debate, através das experiências de alunos que tiveram em algum momento de suas vidas, alguma destas cidades como sendo o seu “lugar”. E conseqüentemente neste lugar construíram sua geografia. E na sua geografia construída individualmente por suas vivências, eles analisaram o clima, a vegetação, o relevo, a população, a locomoção e outros aspectos ligados a sua estadia neste lugar. Cavalcanti (2014, p. 48) aponta que “Nesse processo de constituição de lugares e de territórios, fazem leituras da cidade, produzem conhecimentos sobre ela e seus diferentes lugares.”

Esta condição de lugares tão diferenciados leva a proposição de uma condição de heterogeneidade muito ampla, o que enriquece o debate em si, abordando características específicas e comuns entre as cidades, verificando os problemas urbanos, a estrutura das cidades e as questões sociais. A partir da apropriação de conceitos geográficos de urbanização, relacionando-os com o lugar do aluno, é possível compreender o processo a nível global.

O aporte do lugar como ponto de partida para compreensão da realidade local, precede elementos para a compreensão de uma realidade global, como descrito por Santos (2006, p. 231) “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Mas a Geografia, embora na sua gênese tenha sido uma ciência descritiva, não deve somente descrever processos e formas, é preciso mais, além da criticidade da Geografia atual, é fundamental a discussão de soluções, nas mais diversas escalas dos problemas levantados. E de certa forma a Dialética Hegeliana apresenta-se como método para a discussão destes problemas. No exemplo citado do processo de urbanização, é preciso através dos temas aventados como problemas relativos a urbanização, a discussão de soluções, senão teremos um discurso sem funcionalidade. É

preciso a formulação de teses que resolvam problemas e seu debate e confronto para que desse processo apareça a síntese do conhecimento. Um conhecimento não imposto pelos livros de Geografia, mas sim um conhecimento que embora baseado nos princípios geográficos, foi construído coletivamente.

Com esta prática, relacionando a realidade do aluno com o conteúdo curricular rompem-se barreiras, agora a escola passa a ser “interessante”, pois é dada voz ao aluno para expor suas vivências. Os conceitos não precisam ser decorados e sim compreendidos. A escola, embora esteja dentro de uma prisão, passa a ser um instrumento de libertação.

Com a quebra de barreiras surge o que talvez sejam hoje as grandes ausências nas salas de aula da educação básica: a dúvida e a curiosidade. Sem a dúvida e a curiosidade não há aprendizado, somente uma repetição dos conteúdos e dos discursos. Não se criam pensadores, constroem-se robôs.

A liberdade para exteriorizar suas dúvidas e curiosidades promove uma ressignificação no conhecimento, agora ele pode aprender sobre o cotidiano, sobre a atualidade, e principalmente sobre uma ciência geográfica atual que relaciona o conteúdo curricular com o que é experienciado diariamente.

Embora encarcerados, os internos assistidos nesse trabalho têm acesso aos meios de comunicação como televisão e rádio, além de contarem com uma biblioteca, a qual quinzenalmente faz a distribuição de livros. Este acesso a estas mídias promove uma das poucas formas de contato com o mundo exterior, tornando qualquer evento uma fonte de discussão e interesse pelos mesmos.

Assim, mesmo que indiferente ao planejamento da aula e do conteúdo, não se pode ignorar a necessidade de um tempo para debater com os alunos sobre algum evento atual, um terremoto no Japão; um atentado na Palestina; ou novos produtos vindos da China, por exemplo. Tal prática permite desenvolver um conteúdo com os alunos com base na dúvida e na curiosidade. Permitindo resgatar conteúdos e assimilá-los com acontecimentos e também fazer uma apresentação de um conteúdo futuro e que poderá ter apoio nesta discussão em turma.

Estas discussões permitiam ao professor instigar a curiosidade dos alunos, questionando-os sobre as causas e efeitos de tais acontecimentos e muitas vezes estes debates tomaram a aula toda devido a sede de conhecimento dos alunos. Mas tão importante quanto conhecer a Tectônica de Placas que causou o terremoto no Japão, a questão dos territórios palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e o conflito com Israel, e da Divisão Internacional do Trabalho e a expansão chinesa; é saber a

localização destes eventos, e seus países. Com base nesse pensamento deve-se observar a importância da cartografia nas aulas de Geografia. Embora não houvessem muitos mapas, eles eram extensamente utilizados durante as aulas. Segundo Passini (1994, p. 19) "O mapa, em suas variadas possibilidades de informar o conteúdo geográfico, o faz de forma gráfica, possibilitando ao leitor visualizar a organização do espaço de forma ampla e integrada as relações de mundo."

A leitura do mapa deve ser pautada em uma alfabetização cartográfica, possibilitado aos alunos retirarem o máximo de informação ao realizarem a leitura de um mapa. E esta confecção e leitura dos mapas surge como uma ferramenta extremamente útil na compreensão do espaço geográfico e sua organização, como aponta Passini (1994, p. 23):

Os mapas devem ser valorizados não apenas como meios de registro do espaço geográfico, mas também como instrumento de pesquisa. Ele é útil no momento de levantar questões a serem investigadas, assim como no momento de se registrar os resultados da pesquisa. O mapa é um recurso de valor, sempre que estejam envolvidas questões que problematizem as ações dos homens no espaço. Pois as relações existentes no espaço geográfico dificilmente são perceptíveis no campo, em sua totalidade, sem a sua representação.

E esta construção da orientação espacial do aluno, embora seja um preceito da Geografia, é fundamental para o completo entendimento de outras disciplinas. Portanto a utilização da cartografia em conjunto com outras disciplinas é indispensável. Nessa concepção o mapa surge como fonte de pesquisa e interpretação do espaço, auxiliando a determinar a localização de determinados fenômenos e a sua interligação com os demais locais.

5 A POSSIBILIDADE DO USO DE TECNOLOGIAS: ENCANTAR PARA ENSINAR

Neste cenário, a utilização do projetor como atrativo para aulas e como forma de aliar o conteúdo curricular e o cotidiano, mostra-se de grande importância. Trata-se de uma ferramenta, que se bem utilizada, contribui de forma compensatória a inexistência ou obsolescência do material didático, como mapas, maquetes, livros didáticos, etc. Permitindo tornar as aulas mais atrativas enquanto que, paralelamente, o uso desta tecnologia me permite exemplificar melhor os fenômenos naturais, sociais e culturais.

Por exemplo, a explicação de um fenômeno natural como a Teoria da Tectônica de Placas, sem livros didáticos exemplificando o processo ou a possibilidade de construção ou uso de maquetes, somente com a utilização do quadro branco, o conteúdo fica de difícil abstração. Por outro lado, a utilização de apresentações de

slides, a imagem de mapas temáticos ou fotos e as animações permitem aos alunos uma compreensão maior devido a associação do imagético com a fala sobre o conteúdo, além de conseguir capturar a atenção dos mesmos. Zatta e Aguiar (2008, p. 4) afirmam sobre a importância do uso de imagens no processo de aprendizagem

Se o visual, ou seja, as imagens podem contribuir para a aprendizagem, sem dúvida é uma proposta metodológica possível de ser utilizada nas aulas de geografia de forma satisfatória, nessa perspectiva as aulas de geografia podem vir a se tornar mais atrativas, e despertar maior interesse nos alunos, podendo vir a proporcionar uma aprendizagem com mais significados. A proposta elaborada e aplicada consiste em promover metodologias diferenciadas baseada numa perspectiva crítica da educação.

Outro ponto fundamental na utilização do projetor foi que diante da ausência de mapas temáticos que representassem os fenômenos estudados, as imagens de mapas e os mapas digitais disponíveis na internet, assim como as imagens de satélites disponíveis no programa *Google Earth* suprem as limitações impostas pela carência de mapas didáticos.

6 CONCLUSÃO

A educação é um direito social previsto aos brasileiros pelo artigo 6º da Constituição Federal/1988, e ainda por ela, no parágrafo 5º do artigo 23 é responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar o acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. E ao longo da seção I do Capítulo III, a educação é apresentada como o entendimento para a formação de indivíduos no desenvolvimento pessoal, sua qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania.

Sendo a educação o caminho para a socialização dos indivíduos para a formação de uma sociedade harmônica e justa como trabalhado pelos ideais desenvolvidos por Durkheim, pode-se dizer que, não seria diferente para a ressocialização das pessoas que não conseguiram alcançar a sua cidadania plena com direitos constitucionais garantidos. E nas palavras da Secretária de Estado da Justiça e Cidadania

A missão de consertar na ponta aquilo que a base não pôde estruturar é uma das mais difíceis. Promover o acesso à educação no âmbito das unidades prisionais, levando ao reeducando uma oportunidade que talvez lhe tenha faltado na infância, é o dever básico do gestor da Pasta da Justiça e Cidadania.

Uma vez que a educação é um direito e o caminho para a socialização e ressocialização de indivíduos. Cabe ao professor fazer o devido uso do espaço que a educação tem dentro de instituições reclusão para orientar a formação de novos cidadãos. E nas contribuições que a disciplina de geografia traz nesse processo estão a

compreensão de uma forma mais ampla entre a inter-relação de aspectos sociais, econômicos e ambientais num mundo conectado, mas desigual.

E nas práticas em sala de aula, em um primeiro momento o estudo do território da prisão, sua paisagem e sua formação socioespacial, conferem ao professor de geografia uma possibilidade de interpretação e análise do meio, que possibilitam ações mais efetivas para produção de práticas pedagógicas e que propiciam uma maior adequação do conteúdo curricular.

A Educação em Espaços de Privação de Liberdade, ainda carece de metodologias e discussões sobre esse espaço em si. E esta metodologia deve ser pautada na construção do saber e no resgate da cidadania. Tendo para isso a utilização de um currículo específico e de abordagens metodológicas diferenciadas, assim podendo apresentar um resultado mais efetivo de aprendizagem dos conteúdos curriculares e na construção de um pensamento crítico que promova a cidadania e a autonomia do indivíduo.

Esta escola, promotora de uma real reabilitação social deve estabelecer um princípio descrito por Cavalcanti (2014, p. 54) “A complexidade da noção de cidadania requer, pois, que a escola e seus agentes definam com clareza as pautas para orientar o projeto educativo de crianças e jovens em contextos particulares”

O contexto particular que define o ambiente prisional ou o espaço da prisional. Portanto para uma efetiva aprendizagem, é necessário que professor inove em suas aulas. A geografia por sua característica de estar presente no cotidiano, deve ser ensinada não como uma ciência abstrata, mas como uma ciência que nos permite vivenciar o nosso dia a dia de forma mais consciente da nossa realidade. E essa é a visão da Geografia que devemos levar nossos alunos a descobrir, seja em um presídio ou em um colégio particular. Assim, não restam dúvidas de que a missão dos professores na sala de aula, seja de uma escola ou de uma instituição de reclusão, deve incluir instigar para encantar, encantar para ensinar e ensinar para libertar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em junho de 2018.

CALLAI, H. C.; CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). Estudar o lugar para compreender o mundo. In: **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e suas práticas espaciais cotidianas. In: CALLAI, Helena Copetti (Org.). **Educação geográfica reflexão e prática**. Ijuí:

Unijui, 2014.

COSGROVE, D. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, R. L. ; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INFOPEN, **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias 2015**. Disponível em: <www.justica.gov.br/slides/relatorio-do-infopen-2015>. Acesso em 08 de dez. de 2016.

LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. 18ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

LEME, José Antônio Gonçalves. Analisando a “grade” da “cela” de aula. In: LOURENÇO, Arlindo Silva; ONOFRE, Maria Cammarosano (Org). **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

PASSINI, Elza Yasuro. **Alfabetização Cartográfica e o livro didático: uma análise Crítica**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1994.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. **Plano estadual de educação em prisões 2016-2026: educação, prisão e liberdade, diálogos possíveis** / Org. Heloisa Helena Reis Cardenuto – Florianópolis: DIOESC, 2017. Disponível em <www.sed.sc.gov.br/documentos/programa-privacao-espacos-de-liberdade/legislacao-estadual-2/6152-plano-estadual-de-educacao-em-prisoas-online-ioesc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em junho de 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo. Edusp, 2006.

ZATTA, Celia Inez; AGUIAR, Waldiney Gomes de. **O uso de imagens como recurso metodológico para estudar Geografia**. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2375-8.pdf>> Acesso em 08 de dez. 2016.